Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu–PA (1989–2023)

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3511

José Roberto Porto de Andrade Júnior[1]

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o combate ao desmatamento em São Félix do Xingu-PA (SFX) no período 1989-2023 e caracterizar as relações sociais que originaram diminuição e aumento do desmatamento nesse período. O referencial teórico adotado é a sociologia acontecimental, do campo da sociologia histórica. As principais técnicas de pesquisa usadas foram análise de documentos, entrevistas e dados secundários. Conclui-se no artigo que a diminuição do desmate em 2004-2014 foi produzida pela combinação de constituição de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) com vigilância e repressão estatal, em processos históricos conflituosos, que combinaram ações de instituições estatais, produtores rurais, povos tradicionais e organizações sociais. Destaca-se também os problemas dessa política, com o seu limite mais evidente residindo na não promoção de uma transição produtiva para uma economia da biodiversidade no município. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), houve aumento significativo da devastação, no contexto do desmantelamento da política ambiental brasileira e de estímulos à ocupação de áreas protegidas. No primeiro ano do governo Lula 3 (2023), houve a retomada da política repressiva e uma nova diminuição do desmate.

PALAVRAS-CHAVE: desmatamento, Amazônia, Terras Indígenas, Unidades de Conservação.

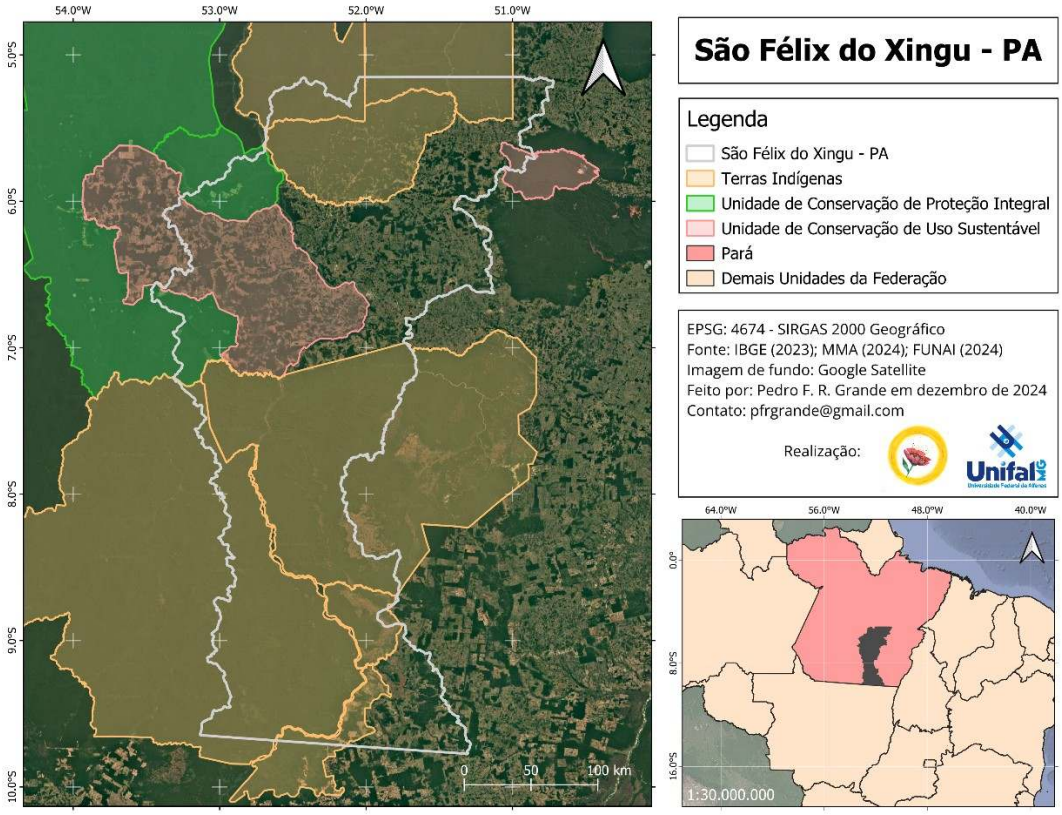
1 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), graduado e mestre em direito pela Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita Filho (Unesp). Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), campus Varginha (MG). E-mail: jose.junior@unifal-mg.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1862-2540.

Introdução

A Amazônia aproxima-se do chamado "ponto de não retorno" (em inglês, "tipping point"). No caso do bioma, o termo é utilizado para determinar o nível de desmatamento e de degradação da floresta a partir do qual a capacidade da Amazônia de se manter como um ecossistema florestal íntegro estaria ameaçada. Atualmente, entende-se que esse limiar se situa entre 20% e 25% da área original do bioma (Lovejoy; Nobre, 2018; 2019).

Na parcela brasileira da Amazônia, que é a mais desflorestada do bioma, já foram destruídos 740.000 km² de vegetação nativa até 2021, o equivalente a 21% da área original (Mapbiomas, 2023). Considerado todo o bioma Amazônia, a devastação já atingiu 17%, dados de 2021 (Mapbiomas, 2023).

Figura 1. Município de São Félix do Xingu – PA



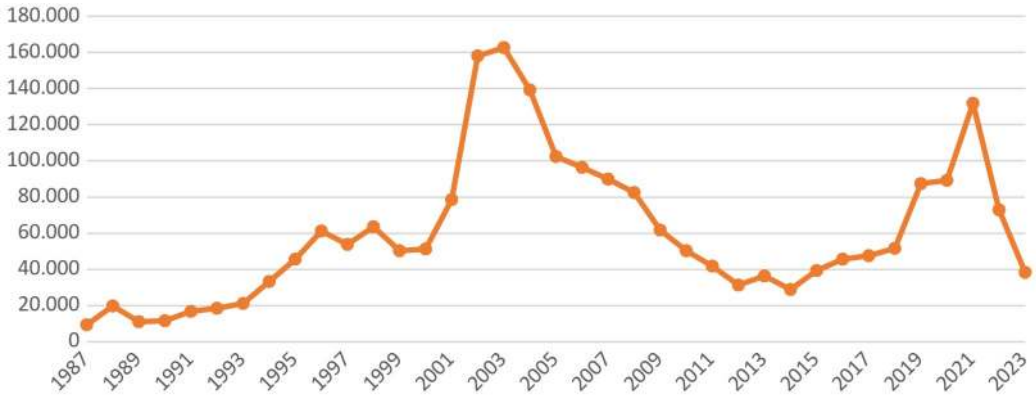
Fonte: IBGE (2023), MMA (2023) e FUNAI (2024).

Entre os municípios brasileiros situados na Amazônia com mais desmatamento acumulado, São Félix do Xingu-PA está em primeiro lugar com larga dianteira, com desmatamento acumulado de 21.174,44 km² até o ano de 2023 (Mapbiomas, 2024). A Figura 1 situa o município no território brasileiro, destacando a parcela do território ocupada com áreas protegidas.

Analisando historicamente a evolução do desmatamento em São Félix do Xingu-PA, percebe-se que houve períodos de ampliação do ritmo da devastação e

períodos de contenção do ritmo da predação da natureza, com os quantitativos mais altos já atingidos sendo superiores a 160.000 km² e os quantitativos mais baixos sendo inferiores aos 20.000 km² de desmatamento por ano. Os dados dessa trajetória histórica estão no Gráfico 1.

Gráfico 1. Desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA em vegetação primária e secundária (1987-2023)



Fonte: MapBiomas Brasil (2024).

O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico de combate ao desmatamento em São Félix do Xingu-PA entre 1989 e 2023, caracterizando as principais tendências históricas do período e identificando os principais atores e relações sociais responsáveis pelas mudanças nos padrões de desmate anual.

A literatura sobre desmatamento na Amazônia é bastante vasta e diversificada. A título de exemplo, destaco a publicação recente do Dossiê "Amazônia: devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas" (Santana; Sousa, 2023). Especificamente sobre São Félix do Xingu-PA, também existem trabalhos publicados no período recente (Rodrigues Neto *et al*., 2024; Silva, 2023; Andrade, 2022; Andrade Júnior, 2021; Souza *et al*., 2020; Crispim, Frabretti, 2020; Claudino, Ferreira, Poccard-Chapuis, 2020; Trindade, Souto, Beltrão, 2019; Schmink *et al*., 2019).

O presente artigo se soma a essa literatura, utilizando uma metodologia da sociologia histórica e tendo como foco a análise do processo histórico que resultou em ampliação e em redução do desmatamento anual local entre 1989 e 2023. O trabalho busca, assim, entender as relações sociais que produziram as realidades socioambientais no período, analisando a atuação de instituições estatais, organizações sociais, produtores rurais, povos ameríndios, populações tradicionais, entre outros atores localmente importantes.

O artigo está estruturado em sete seções, contada a introdução. A seção "Metodologia" apresenta o referencial teórico e as principais fontes de pesquisa utilizadas no trabalho. A seção "A constituição das terras indígenas e das unidades de conservação" apresenta as áreas protegidas situadas no município e comenta destaques dos processos históricos de formalização. A seção "Vigilância e repressão ao desmatamento (1993-2018)" e discute a atuação estatal e comunitária contra o desmate. A seção "A diminuição do desmatamento em São Félix do Xingu-PA"

destaca os fatores que produziram a diminuição local da devastação a partir de 2004. A seção "Os limites da política ambiental repressiva no município" discute as limitações da atuação com base exclusivamente nos instrumentos de comando e controle. A seção "Aumento da devastação no governo Bolsonaro (2019-2022)" caracteriza a ampliação do desmate no contexto do desmantelamento da política ambiental brasileira. Por fim, em sede de considerações finais, comenta-se o cenário atual de diminuição da devastação, com base nos dados de 2023.

Metodologia

O referencial teórico adotado no trabalho é a sociologia acontecimental, do campo da sociologia histórica. Segundo Sewell Jr., a sociologia histórica se situa na interface entre a história e a sociologia. Da perspectiva histórica, ela extrai a percepção do caráter fatídico do tempo; a compreensão sobre a necessária vinculação de cada ato a uma sequência de ações cujos efeitos são profundamente dependentes do seu lugar na sequência; a percepção do caráter contingencial dos fenômenos sociais; e o entendimento da temporalidade social como uma mistura de continuidade e mudança. Da perspectiva sociológica, ela extrai o "pensamento estrutural", na busca de "explicações em termos de um conjunto relativamente limitado de características duradouras, arraigadas e causalmente poderosas do mundo social" (Sewell Jr, 2017).

As principais técnicas de pesquisa utilizadas na investigação que subsidiou a elaboração deste artigo são análise de documentos, entrevistas e uso de dados secundários.

Foram analisados os bancos de dados de informações jornalísticas da organização Instituto Socioambiental (ISA) sobre as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação situadas em São Félix do Xingu-PA[2]. Também foram analisados documentos extraídos dos processos administrativos de demarcação das terras indígenas situadas no município, desarquivados junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a meu pedido[3].

2 Os seguintes bancos de dados foram utilizados na pesquisa: TI Kayapó (https://terrasindigenas.org.br/es/noticias/3731), TI Menkragnoti (https://terrasindigenas.org.br/en/noticias/3952), TI Apyterewa (https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticias/3585) e TI Araweté/Igarapé Ipixuna (https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticias/3601). Informações extraídas dessas notícias jornalísticas estão referenciadas mediante a colocação entre parênteses do nome do jornal, da data da publicação e de uma referência ao ISA enquanto entidade organizadora do banco de dados, como no exemplo: (Folha de S. Paulo, 22/1/1990, ISA).

3 Os seguintes processos administrativos de demarcação das terras indígenas situadas em São Félix do Xingu-PA foram desarquivados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI): processo n. 1458/82, relativo à TI Menkragnoti; processo n. 3811/88, relativo à TI Trincheira/Bacajá; processo n. 1140/89, relativo à TI Kayapó; processo n. 2394/91, relativo à TI Araweté/Igarapé Ipixuna; processo n. 2992/91, relativo à TI Apyterewa; e processo n. 2412/97, relativo à TI Badjonkôre. Informações extraídas diretamente desses processos administrativos estão referenciadas, nesse trabalho, pela colocação do número do processo e da página onde se localiza a informação entre parênteses, como no exemplo a seguir: (proc. 2412/97, p. 151).

As entrevistas, por sua vez, foram gravadas com mais de uma dezena de informantes, em pesquisa de campo realizada durante o ano de 2018 na região de São Félix do Xingu-PA. Entre as pessoas entrevistadas, destacam-se: três grandes pecuaristas; três agricultores familiares; dois integrantes de organizações sociais ambientalistas; cinco integrantes de instituições executivas ambientais (federal, estadual e municipal); dois integrantes de outras instituições executivas; quatro integrantes do Ministério Público (federal e estadual); um integrante da comunidade científica ambiental; e um representante do Cartório de Registro de Imóveis de São Félix do Xingu-PA. As entrevistas diretamente citadas no artigo fazem referência apenas à atuação profissional da pessoa entrevistada, garantindo o seu anonimato.

Entre as principais fontes de dados secundários utilizados neste artigo, destacam-se os bancos de dados sobre desmatamento e vegetação nativa do Mapbiomas (2024) e da Terra Brasilis, que divulga os índices do sistema PRODES/INPE; o banco de dados de autuações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019); e os bancos de dados sobre áreas protegidas do ISA.

A constituição das terras indígenas e das unidades de conservação (1989–2006)

No município de São Félix do Xingu-PA situam-se total ou parcialmente um conjunto bastante diversificado de terras indígenas (TI) e de unidades de conservação (UC). Cada uma dessas áreas protegidas possui uma história singular de constituição, com a participação de distintos atores políticos em seus processos de formalização. A Tabela 1 apresenta a relação dessas TI e UC.

Tabela 1. Terras indígenas e unidades de conservação situadas total ou parcialmente no município de São Félix do Xingu–PA

Área protegida	Área total	Área situado no município	Ato jurídico de formalização
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (UC de uso sustentável)	1.900 km²	283,52 km² (14,34%)	Decreto n. 97.720/1989
TI Kayapó (povo Kayapó)	32.840 km²	16.638,13 km² (50,66%)	Decreto n. 316/1991
TI Menkragnoti (povo Kayapó)	49.142 km²	14.545,8 km² (29,6%)	Decreto de 9 de agosto de 1993
TI Araweté/Igarapé Ipixuna (povo Araweté)	9.409 km²	1.705,5 km² (18,13%)	Decreto de 5 de janeiro de 1996
TI Trincheira/Bacajá (povo Kayapó)	16.509 km²	2.364,91 km² (14,32%)	Decreto de 2 de outubro de 1996
TI Badjonkôre (povo Kayapó)	2.220 km²	2.099,02 km² (94,56%)	Decreto de 23 de junho de 2003
TI Apyterewa (povo Parakanã ocidental)	7.734 km²	7.734 km² (100%)	Decreto de 19 de abril de 2007
Estação Ecológica Terra do Meio (UC de proteção integral)	33.731 km²	2.499,94 km² (7,39%)	Decreto de 17 de fevereiro de 2005
Parque Nacional da Serra do Pardo (UC de proteção integral)	4.465 km²	2.297,96 km² (51,33%)	Decreto de 17 de fevereiro de 2005
Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu (UC de uso sustentável)	16.792 km²	11.041,56 km² (65,36%)	Decreto estadual do Pará n. 2612/2006

Fonte: Instituto Socioambiental (2024).

Uma descrição mais detalhada dos processos históricos de constituição dessas áreas protegidas encontra-se em Andrade Júnior (2020; 2021). Para os fins deste artigo, é importante destacar, em relação à constituição das terras indígenas, que o povo Kayapó teve grande protagonismo nas disputas que resultaram na formalização dos territórios controlados pelo povo. Um relatório antropológico de 1997, de Eliane Souza, destaca a consciência dos Kayapó sobre as disputas que empreenderam pelas suas terras (proc. 2412/97, p. 14):

> durante as reuniões, os índios Kayapó manifestaram sua determinação em jamais abrir mão do território por eles considerado como tradicional e sagrado; sua consciência do processo de contato interétnico e elaboração das suas consequências; e, informaram sobre o perigo constante que sofrem, com o avanço das fazendas e demais frentes de expansão nacional, em direção à área atualmente registrada como Terra Indígena Kayapó. Daí, a necessidade de manterem diversos postos indígenas de vigilância, espalhados nas 'pontas', ou seja, nos limites atuais da referida área.

Ainda no que tange às terras indígenas do povo Kayapó, é importante mencionar a relevância da articulação empreendida entre lideranças desse povo ameríndio e grupos ambientalistas, a partir da década de 1980. Como consequência disso, a retórica "ambientalista" passou a ocupar um lugar central na justificação das demandas territoriais ameríndias dos Kayapó e a conquista formal das áreas foi impulsionada (Andrade Júnior, 2021).

Entre os principais opositores da demarcação das terras indígenas do povo Kayapó, o destaque cabe aos grupos mais diretamente interessados na exploração econômica da região, que contaram com apoio do governo estadual do Pará para sua atuação opositora, inclusive por meio do ajuizamento de ações judiciais contrárias à demarcação das terras (Andrade Júnior, 2020).

Outro destaque importante sobre as terras indígenas formalizadas em São Félix do Xingu-PA relaciona-se com a TI Apyterewa, do povo Parakanã ocidental. O processo político que resultou na demarcação desta TI foi caracterizado por intensa conflitualidade, uma vez que a área foi objeto de significativa invasão desde a segunda metade da década de 1980, com parcela do território não sendo efetivamente controlada pelos Parakanã (proc. 2992/91, p. 287). Essa área é, desde então e até o presente momento, controlada por milhares de invasores, dentre os quais madeireiros, fazendeiros e colonos, incentivados a ocuparem a TI por políticos da região e por diretores regionais do INCRA. Segundo Carlos Fausto, criou-se no território um "cenário de conflito social, consolidando a estratégia de políticos e empresários locais para impedir a demarcação física da área" (Fausto, 2004).

Conforme se extrai da listagem exposta na Tabela 1, há no território do município tanto unidades de conservação (UC) de proteção integral, quanto UC de uso sustentável. As últimas, segundo dispõe a Lei n. 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), são territórios onde se admite a exploração antrópica. Nas UC de proteção integral, por sua vez, admite-se apenas o uso indireto de seus atributos naturais, vedada a exploração.

Sobre as UC de proteção integral constituídas no município, é importante destacar que houve intensa participação de organizações sociais nacionais e internacionais nos processos históricos de formalização das áreas.

Na constituição da Estação Ecológica Terra do Meio, por exemplo, houve participação do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), do Instituto Socioambiental (ISA), da "Environmental Defense" (ED), da Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Na década de 2000, essas entidades, somadas a outras, tais como a WWF Brasil, formaram a "Rede de Ação pela Defesa da Terra do Meio", segundo Dagnino e coautores "uma das mais fortes redes de ação para a proteção de uma determinada região, com a presença de ONGs de abrangência internacional, nacional, regional e local", cujo objetivo era intervir para a preservação da Terra do Meio (Dagnino *et al*., 2010).

Os principais opositores à demanda de criação dessas unidades de conservação foram fazendeiros e agropecuaristas instalados nas terras devolutas da região, que se reuniram numa associação denominada Xinguri ("Associação Agropecuária dos Produtores das Terras do Meio").

As comunidades de São Félix do Xingu-PA, bastante dependentes da pecuária e da extração madeireira, atividades econômicas associadas à devastação produtivista, pouco apoiaram as iniciativas para a constituição das UC de proteção integral do município, mantendo-se distante das discussões públicas sobre o tema e manifestando mais apoio às demandas de ocupação agropecuária das áreas (Schmink *et al*., 2019; Sousa *et al*., 2016).

Sobre as UC de uso sustentável criadas no município, é importante destacar que a formalização da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu pelo Governo do Pará em 2006 não veio acompanhada da elaboração de um plano de manejo, não havendo nenhum tipo de imposição efetiva de restrição para o uso das propriedades privadas do local. Trata-se de uma área protegida que historicamente existe somente no campo da formalidade, não no campo da materialidade. Taravella e De Sartre citam um depoimento de um importante fazendeiro da região sobre a APA Triunfo do Xingu, para quem a sigla "APA" significaria, na verdade, "Área de Produção Agropecuária" e não "Área de Proteção Ambiental" (Taravella; Arnauld de Sartre, 2012).

Vigilância e repressão ao desmatamento (1993–2018)

A constituição formal de áreas protegidas, por si só, não basta para contenção do avanço da fronteira agropecuária e do desmatamento, sendo imprescindível a efetiva proteção desses territórios por meio de ações de vigilância e de repressão.

Nas áreas controladas pelo povo Kayapó, a vigilância do território norteou a atuação ameríndia ativamente desde antes de sua formalização, sendo essencial para sua preservação. São inúmeros os casos de conflito narrados tanto pela literatura quanto pelos noticiários regionais e nacional[4].

4 Schmink e Wood relatam, por exemplo, um dos casos de conflito envolvendo extração irregular de madeira de terras indígenas Kayapó, em 1987, quando guerreiros da aldeia Aukre atacaram e mataram três homens que carregavam madeira extraída ilegalmente de seus territórios (Schmink; Wood, 1992, p. 264). Num outro conflito relatado pelo noticiário da época, consta que "vinte pistoleiros invadiram" uma aldeia Kayapó para explorar uma área supostamente rica em ouro, em 1991. Os Kayapó teriam reagido e prendido 10 pistoleiros, mantidos cativos por 8 dias, aguardando a chegada da Polícia Federal (Jornal do Comércio, 13/4/1991, ISA). No início da década de 2000, ameríndios Kayapó chegaram a receber das instituições estatais treinamento e capacitação para participação em ações de fiscalização das terras indígenas (Funai, 29/8/2002, ISA), o que ampliou o engajamento desses grupos nas ações de defesa do território. Em 2002, o jornal O Estado de São Paulo noticiou a iminência de um conflito entre os Kayapó e pescadores que teriam invadido o território ameríndio (OESP, 17/8/2002, ISA). Em 2004, a Funai noticiou um conflito com garimpeiros (Funai, 29/4/2004). Em 2005, a Folha de São Paulo noticiou disputas com fazendeiros (FSP, 10/12/2005, ISA). Além destes citados, existem dezenas de relatos.

Em relação ao povo Parakanã, uma postura mais ativa de vigilância passou a marcar o cotidiano desse grupo após a invasão sistemática do seu território, com a ocorrência de disputas físicas e mortes nos conflitos[5]. Entretanto, parcela significativa dessa TI não é controlada pelos ameríndios.

As ações de defesa territorial empreendidas pelas comunidades tradicionais auto identificadas como "beiradeiros" também foram essenciais para a preservação florestal dos ecossistemas locais, como destaca a literatura (Weigand Jr.; Pinto, 2015). Os "beiradeiros" são comunidades ribeirinhas cujas práticas econômicas são de baixo impacto ambiental, com a agricultura sendo desenvolvida "segundo um intrincado sistema de corte e queima e rotação de roçados, com o estabelecimento de áreas de pousio". A coleta, a caça e a pesca, do mesmo modo, prescindem de grandes derrubadas, desenvolvendo-se "no marco de uma relação específica com a floresta, conjugando-se aos valores sociais do grupo", que não comercializa os produtos (Alarcon; Torres, 2014).

No que tange à atuação direta das instituições estatais na repressão ao desmatamento, a primeira ação formalizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) no município deu-se em 1993, com a ocorrência de outra em 1994. Ambas se relacionam ao combate à extração irregular de madeira em TI, não havendo direcionamento da repressão estatal contra a implantação de áreas de exploração agropecuária nesse período.

A partir de 1996 houve um aumento da quantidade e da qualidade das operações do IBAMA no município, tornando a repressão estatal mais presente. Na segunda metade da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000, as autuações do Ibama no município de São Félix do Xingu-PA priorizaram o combate à extração ilegal do mogno, sobretudo em terras indígenas. Nesse período, foram realizadas inúmeras operações de retirada de invasores das TI, muitas vezes em associação com grupos de indígenas, que apoiavam as ações[6].

Em regra, as ações do Ibama em São Félix do Xingu-PA na década de 1990 e início da década de 2000 ocorreram em associação com outras instituições estatais, em virtude das grandes dificuldades vinculadas à atuação nessa região, sobretudo por conta da violência sistemática e da "pistolagem". Polícia Federal, Exército, Força Nacional, Polícia Militar do Pará, ICMBio e Funai foram as principais instituições que acompanharam o Ibama nas iniciativas de repressão estatal ao desmatamento[7].

---

5 Em 1988, por exemplo, ameríndios Parakanã expulsaram cerca de 35 homens que realizavam extração irregular de mogno em terras indígenas, tendo derrubado em torno de 1.800 árvores. (proc. 2992/91, p. 167-170). Em 2001, três ocupantes do território foram mortos por ameríndios Parakanã (proc. 2992/91, p. 587).

6 Em 1995, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo noticiou a "retirada de cerca de 500 garimpeiros" e a desativação de garimpos em terras indígenas do povo Kayapó (FSP, 5/6/1995, ISA). Em 2006, no mesmo sentido, ocorreu a "Operação Kayapó", de combate à "grilagem, extração de madeira e garimpo nas terras dos índios Kayapó" (Radiobrás, 2/8/2006, ISA).

7 Algumas operações realizadas em São Félix do Xingu-PA com grande repercussão midiática foram as seguintes: "Operação Amazônia Fique Legal", em 1999; "Operação

O Greenpeace também se envolveu diretamente em ações de repressão estatal realizadas em São Félix do Xingu-PA, tendo realizado um conjunto de pesquisas independentes sobre a extração e a comercialização ilegais de madeira na região, que subsidiaram a atuação das instituições estatais. Além disso, em uma das principais operações de repressão à extração irregular de madeira na região, a denominada "Operação Mogno", realizada em 2001, o Greenpeace participou das próprias atividades repressivas por meio da cessão de um barco (Midianews, 6/11/2001, ISA) e de dois aviões (FSP, 2/11/2001, ISA).

O desmatamento no município cresceu continuamente durante a década de 1990 e ganhou escala no início do século XXI, conforme evidenciam os dados do Gráfico 1, exposto na introdução. O auge do desmatamento foi atingido em 2002 e 2003, quando mais de 160.000 km^2 de vegetação nativa foram eliminados no município. Nesse período, a devastação da natureza ocorreu sobretudo fora das TI e UC de proteção integral constituídas, realizada por grandes produtores, interessados na conversão de florestas em pastagens. Embora houvesse presença local do IBAMA, a repressão estatal ainda não havia ganhado escala suficiente para conter o avanço do desmatamento.

Em 2004 foi lançado o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Com ele, houve uma mudança no foco de atuação da repressão estatal ao desmatamento, que passou a direcionar-se prioritariamente para as fazendas e unidades de produção agropecuária. O PPCDAm situou o problema do desmatamento na Amazônia no nível mais alto da agenda política brasileira. Ele foi estruturado em três eixos: "ordenamento fundiário e territorial", "monitoramento e controle ambiental" e "fomento às atividades produtivas sustentáveis" (Andrade Júnior, 2020).

As principais mudanças na política de repressão aos ilícitos ambientais promovidas pelo PPCDAm em sua primeira fase de implementação, entre 2003 e 2008, foram a adoção de tecnologia de sensoriamento remoto no direcionamento da fiscalização ambiental e a ampliação da integração entre as instituições executivas ambientais e outras instituições estatais, sobretudo policiais e militares, na realização de ações conjuntas de combate ao ataque à vegetação nativa (Andrade Júnior, 2020).

As instituições judiciais da esfera federal também participaram ativamente da repressão ambientalista realizada em São Félix do Xingu-PA a partir da segunda metade da década de 1990. Isso ocorreu a despeito de todas as dificuldades inerentes à responsabilização ambiental nessa região, dentre as quais a mais importante é a ausência de regularidade formal das propriedades, que dificulta o processamento judicial das irregularidades ambientais cometidas.

Contra todas as fazendas situadas irregularmente no perímetro do Parque Nacional da Serra do Pardo, por exemplo, foram ajuizadas pelo Ministério Público

Xingu", em 2000; "Operação Mogno", em 2001; "Operação Kayapó", em 2006; "Operação Entorno", em 2008; "Operação Esperança", em 2008; "Operação Boi Pirata", em 2008; e "Operação Bateia", 2010.

Federal ações civis públicas, na década de 2000, solicitando a saída imediata dos posseiros e o não pagamento de indenizações pela desocupação das áreas (Neiva, Brusnello; Mendonça, 2015).

As instituições judiciais da esfera estadual, por sua vez, tiveram participação insignificante na repressão ambientalista materializada no município. A falta de estrutura dessas instituições e a não priorização da atuação ambiental são algumas das razões para esse fato. No mesmo sentido, as instituições executivas ambientais da esfera municipal tiveram, também, participação insignificante na repressão ambientalista do período.

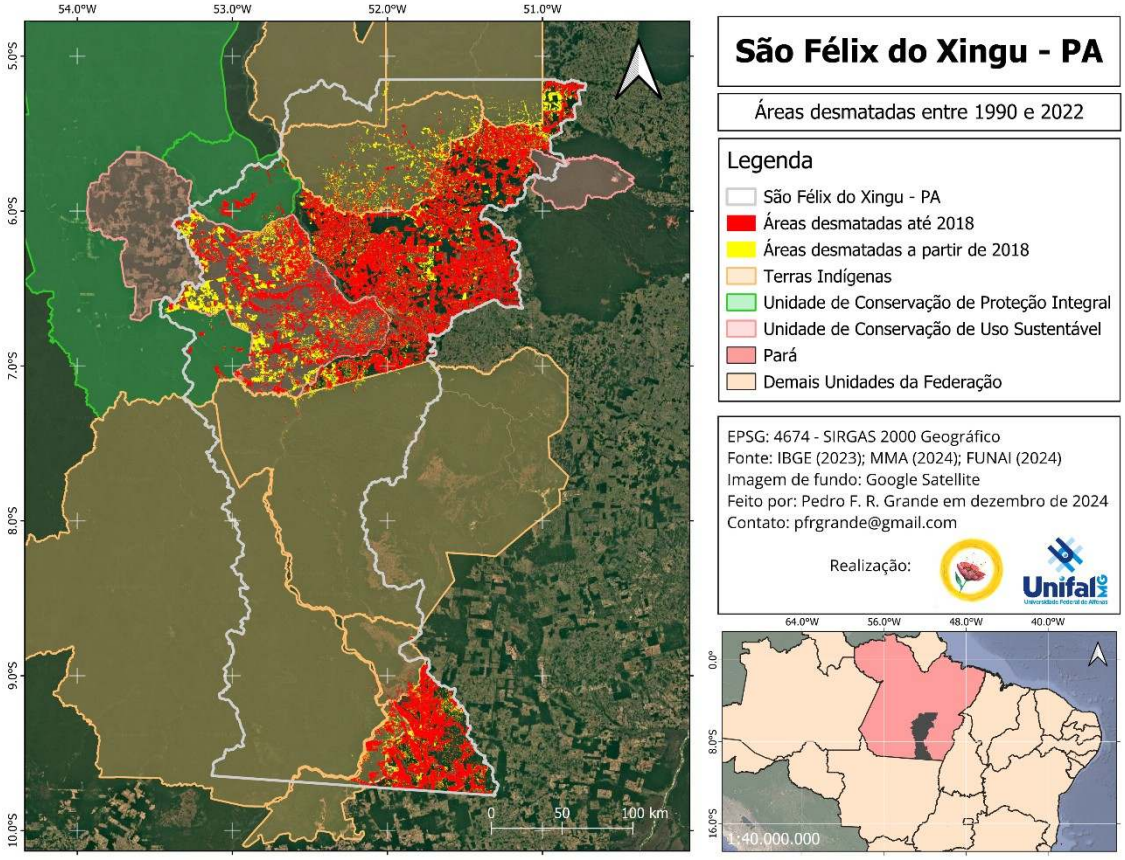
A diminuição do desmatamento em São Félix do Xingu–PA

A conjugação entre formalização de áreas protegidas, sobretudo TI e UC de proteção integral, e a repressão estatal ordenada pelo PPCDAm, produziu significativa redução do desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA entre 2004 e 2014, ano em que se atingiu um quantitativo abaixo de 40.000 km^2. A diminuição do preço pago pela carne durante a década de 2000 também foi um fator de desestímulo à ampliação do desmatamento. Entre 2015 e 2018 houve aumento do desmatamento anual, mas em todo esse período o desmate foi mantido abaixo de 60.000 km^2, uma vez que a atuação repressiva das instituições estatais se manteve presente no município.

A importância das áreas protegidas nesses resultados socioambientais é evidenciada pelo fato de que uma parcela diminuta da devastação da vegetação nativa desse município nesse período deu-se no interior das TI e das UC de proteção integral formalizadas. As exceções são a APA Triunfo do Xingu e a TI Apyterewa, onde houve percentual mais elevado de devastação.

A Figura 2 evidencia a exterioridade entre a devastação ambiental ocorrida em São Félix do Xingu-PA até 2018 e a maior parte das áreas protegidas constituídas nesse município.

Figura 2. Desmatamento e áreas protegidas de São Félix do Xingu–PA



Fonte: Mapbiomas (2024).

Sobre as terras indígenas dos Kayapó situadas em São Félix do Xingu-PA, Schwartzman e Zimmerman afirmam que houve diminuição da exploração dos garimpos a partir da segunda metade da década de 1990. A diminuição da exploração madeireira, por sua vez, teria ocorrido a partir da primeira metade da década de 2000, em virtude da intensificação da repressão estatal (Schwartzman; Zimmerman, 2005).

Sobre as UC de proteção integral, segundo Neiva, Brusnello e Mendonça, foi somente com a realização de operações ostensivas de embargo e desocupação das invasões agropecuárias situadas na área do Parque Nacional da Serra do Pardo que o desmatamento foi eliminado do local. Para eles, houve "uma reação em cadeia onde diversos outros fazendeiros e até agricultores familiares temerosos da apreensão de seu rebanho passaram a retirar sua criação das fazendas situadas no PNSP [Parque Nacional da Serra do Pardo] e das demais UC da Terra do Meio" (Neiva; Brusnello; Mendonça, 2015).

Weigand Jr. e Pinto, no mesmo sentido, afirmam que as "operações periódicas de fiscalização" foram "sentidas pelos colonos e fazendeiros, especialmente aqueles dentro das UCs federais", uma vez que eles "ficaram impedidos de comercializar o gado e de abrir novas áreas", gerando inciativas de abandono das ocupações irregulares (Weigand Jr.; Pinto, 2015).

Um grande pecuarista entrevistado por mim relatou que teve de desocupar local que utilizava após sua formalização como área protegida:

> Criou muita reserva, sabe? Demais da conta. Reserva em cima de propriedade. As reservas foram criadas aqui em cima de fazendeiro com muito gado, deu muito prejuízo, tivemos que tirar os gados, sabe? Pegou duas áreas minha. [...] Foi muita gente tirando, aí tinha no Porto Estrela, ia passando de balsa, você ficava lá, na fila, oito dias, para passar gado, saindo gado. [...] Tinha umas quatro fazendas lá, junto com a minha lá e essas quatro fazendas dava cinco mil cabeças de gado. [...] No Paredão [região de São Félix do Xingu-PA], eles decretaram reserva indígena. Eles já tinham a reserva deles e decretaram outra. Só na ponta de cá são oitenta mil cabeças de gado, só na de cá. Na de lá deve ter saído mais de duzentos e teve que tirar, sabe? (PECUARISTA 1, 2018)

Outro indicador importante do impacto das políticas repressivas de combate ao desmatamento em São Félix do Xingu-PA organizadas pelo PPCDAm é a mudança do perfil dos produtores responsáveis pela devastação produtivista na região, durante a década de 2000. No início da década, entre 2001 e 2003, os agentes produtivos "grandes" e "muito grandes", vinculados à pecuária de grande escala, eram responsáveis pela maior quantidade de área desmatada na região de São Félix do Xingu-PA, o equivalente a 56,4% do total desflorestado (2.578,32 km^2, de 4.574,58 km^2). No final da década, entre 2006 e 2008, esses agentes "grandes" e "muito grandes" passaram a responder por 34,8% do desflorestamento (621,46 km^2 de 1.786,46 km^2) (Macedo *et al*., 2013).

Num contexto de diminuição geral dos índices anuais de desmatamento, os agentes produtivos responsáveis pelo desflorestamento em larga escala, alvos prioritários das políticas de repressão estatal implementadas pelo PPCDAm e baseadas no sensoriamento remoto da eliminação da vegetação nativa, diminuíram mais intensamente suas ações do que os agentes "pequenos" e "médios", cujas ações não eram tomadas como prioritárias na organização da repressão estatal, feita a partir das imagens de satélites.

Os limites da política ambiental repressiva no município

A despeito da grande importância da diminuição do desmatamento vivenciada no município a partir de 2004, é preciso destacar que a política ambiental repressiva materializada no período possui limites bastante evidentes.

Um desses limites relaciona-se com o fato já citado de que nem todas as áreas de proteção ambiental formalizadas foram exemplos bem sucedidos de contenção do desmatamento. A APA Triunfo do Xingu, referida por um posseiro como "Área de Produção Agrícola" e não como "Área de Proteção Ambiental", é um local em que efetivamente não houve aprovação de normas ou instalação de estruturas administrativas para regulação da ocupação do território. Em vista disso, o desmatamento manteve-se intenso nesse local mesmo após sua formalização em

2006. A TI Apyterewa, do povo Parakanã, também é um exemplo de TI com grande presença de áreas desmatadas, mesmo após sua formalização. Isso ocorre em virtude da invasão de seu território por milhares de pessoas e do controle dessa parte do território pelos invasores.

Outro limite importante da política ambiental relaciona-se com a permanência de uma situação generalizada de irregularidade fundiária em São Félix do Xingu-PA. Embora o PPCDAm tenha previsto atuação em "ordenamento fundiário e territorial" e "fomento às atividades produtivas sustentáveis", muito pouco foi feito nesse sentido em todo o bioma Amazônia, com concentração das ações na atuação repressiva (Andrade Júnior, 2020).

Um último limite relevante da política ambiental empreendida em São Félix do Xingu-PA é a ausência de uma transição produtiva local no sentido da construção de uma estrutura produtiva sustentável, baseada na bioeconomia e na exploração da biodiversidade. Esse fato é evidenciado pelos dados do Censo Agropecuário de 2017, do IBGE.

Em São Félix do Xingu-PA, a pecuária bovina era, em 2017, a atividade rural absolutamente dominante, presente em 89,66% dos estabelecimentos agropecuários existentes no município. As pastagens, naturais ou plantadas, ocupavam 97,42% da área agricultável dos estabelecimentos agropecuários de São Félix do Xingu-PA, enquanto lavouras permanentes, lavouras temporárias e sistemas agroflorestais ocupavam apenas 2,58% da área (IBGE, 2019).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 também revelam que a adoção de práticas conservacionistas pelos estabelecimentos agropecuários de São Félix do Xingu-PA era residual em 2017. Para um conjunto de 10 práticas agrícolas conservacionistas, o município de São Félix do Xingu-PA possui um percentual de estabelecimentos agropecuários que adotam essas práticas inferior à média brasileira em todos os casos e inferior à média paraense em 8 das 10 práticas. Os dados estão na Tabela 2.

Tabela 2. Percentual dos estabelecimentos agropecuários que adotam práticas conservacionistas em São Félix do Xingu-PA, Pará e Brasil (2017)

Prática agropecuária conservacionista	São Félix do Xingu-PA	Pará	Brasil
Agricultura ou pecuária orgânica	0,09%	1,9%	2,3%
Não utilização de agrotóxicos	60,32%	83,68%	66,34%
Adoção de sistemas agroflorestais	0,87%	1,87%	3,94%
Recuperação de mata ciliar	2,32%	1,08%	2,41%
Reflorestamento para proteção de nascentes	1,99%	0,89%	2,3%
Proteção e/ou conservação de encostas	0,39%	1,6%	4%
Manejo florestal	0,14%	10,8%	1,74%
Estabilização de voçorocas	0,03%	0,29%	0,78%
Plantio em nível	0,18%	1,9%	9,4%
Rotação de culturas	0,4%	8,34%	18,65%

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A despeito da realidade hegemônica de baixa adoção de práticas conservacionistas em São Félix do Xingu-PA, algumas unidades produtivas destacavam-se por uma produção diferenciada.

A Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (CAMPPAX), por exemplo, iniciou em 2009 um trabalho de melhoramento na produção de cacau que levou ao início da comercialização orgânica certificada em 2016. Nessa época, 30 agricultores assentados em projetos de reforma agrária eram responsáveis pela produção orgânica de cacau, numa área certificada de aproximadamente 1,64 km^2. O cultivo do cacau pode dar-se em sistemas consorciados, o que permite aumento da diversidade biológica das áreas e permite a recuperação ambiental por meio da produção de sistemas agroflorestais. Por meio da comercialização de produtos orgânicos, os produtores da CAMPPAX tiveram aumento do valor agregado de suas vendas superior ao aumento dos custos, além de obterem maior estabilidade em períodos de oscilação de preços (Mendonça; Pedroza Filho, 2019).

A rentabilidade e a segurança da produção orgânica certificada foi um fator de desestímulo ao desmatamento destacado por um cooperado da CAMPPAX em entrevista realizada para essa pesquisa:

> quem produz cacau ele não tem nem... ele não tem aquela vontade de avançar no desmatamento... né? [...] quando se fala de plantar cacau... a pessoa se envolve mais, a sua mão de obra, entendeu, pratica mais e a renda dele é mais... entendeu, ele tem mais uma rentabilidade... e... em função disso não acontece [o

> desmatamento]. [...] os cooperados... principalmente os cooperados que são fundadores, né, que foram aqueles que... pegaram mão na massa mesmo, aquilo lá... a gente... num vou dizer 100%, mas quase 100% deles deixaram... de fazer [o desmatamento]. [...] mudou totalmente a característica da... do pensamento da pessoa... entendeu?... mudou totalmente... (AGRICULTOR FAMILIAR, 2018)

A situação produtiva também era diferente do padrão geral de produção agropecuária do município dentro dos territórios dos povos ameríndios e das populações tradicionais. A despeito de todas as mudanças culturais sofridas a partir da intensificação do contato com a sociedade brasileira, os Kayapó ainda mantinham, na década de 2000, diversas de suas práticas agrícolas tradicionais, caracterizadas pela promoção de heterogeneidade biológica e pela replicação da lógica da sucessão da vegetação nativa na produção dos cultivos.

Segundo estudo publicado em 2012, os Kayapó da região do Xingu mantinham cultivos com ampla biodiversidade em roças e em áreas de agricultura nômade, tal como ocorrido tradicionalmente entre esse povo (Robert *et al*., 2012). Comparando os dados encontrados sobre diversidade de espécies nesse estudo, realizado na década de 2000, com os dados encontrados por estudos de etnobotânica dos séculos XIX e XX, os pesquisadores concluíram que não se estava "presenciando a erosão dessa agrodiversidade – e, portanto, dos conhecimentos associados – como supúnhamos no começo do estudo, mas, ao contrário, a ampliação da lista de nomes de plantas ou o crescimento das reservas locais de diversidade agrícola" (Robert *et al*., 2012).

Aumento da devastação no governo Bolsonaro (2019–2022)

Entre 2015 e 2018, houve aumento do desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA, mas permaneceu-se abaixo de 60.000 km^2 por ano. Já durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a devastação da natureza local subiu de patamar, chegando a mais de 120.000 km^2 desmatamentos em 2021.

A candidatura de Bolsonaro à presidência em 2018 já deixava claro o seu caráter antiecológico, uma vez que ele propôs a extinção do Ministério do Meio Ambiente, o combate ao que ele chamava de "ativismo ambiental xiita", a retirada do Brasil dos principais compromissos climáticos, o fim do que ele chamava de "indústria da multa" e o fim do que ele chamava de "indústria da demarcação de terras indígenas" (Silva; Rivas; Uema, 2020; Andrade Júnior, 2023).

Eleito presidente, Bolsonaro converteu o projeto antiecológico em política governamental e avançou no que a literatura convencionou chamar de "desmantelamento" da política ambiental brasileira (Drummond, Capelari, Barros, 2022; Capelari, Milhorance, Araújo, 2023). O desmonte se expressou por meio de diminuição dos recursos investidos nas instituições estatais de proteção da natureza; diminuição do número de autuações e multas dessas instituições; suspensão dos processos de formação de novas áreas protegidas; censura e perseguição a

servidores atuantes; ataques verbais contra povos ameríndios e organizações não governamentais (Andrade Júnior, 2024; Silva; Rivas; Uema, 2020; Rajão *et al*., 2021; WERNECK *et al*., 2021).

Em São Félix do Xingu-PA, o desmantelamento da política ambiental é evidenciado pelo número de autuações do IBAMA durante o governo Bolsonaro, significativamente menor que nos períodos anteriores da história nacional. Conforme evidenciam os dados da Tabela 3, o governo Bolsonaro foi responsável pelo menor quantitativo de autuações do IBAMA no município desde o início do PPCDAm, no primeiro Governo Lula. A diminuição do número de autuações em relação ao período Dilma/Temer (2015-2018) foi de 62,4%.

Tabela 3. Autuações do Ibama em São Félix do Xingu em relação aos períodos de governos federais (2003–2022)

Governo (período)	Número total de autuações do IBAMA no município
Lula 1 (2003-2006)	239
Lula 2 (2007-2010)	190
Dilma 1 (2011-2014)	616
Dilma/Temer (2015-2018)	362
Bolsonaro (2019-2022)	136

Fonte: IBAMA (2024).

Outro dado que evidencia a mudança na realidade ambiental que marcou o Governo Bolsonaro (2019-2022) diz respeito ao crescimento do desmatamento nas áreas protegidas, terras indígenas e unidades de conservação. No contexto da diminuição da capacidade repressiva das instituições estatais e da ampliação da circulação de um discurso generalizado de deslegitimação das TI e das UC, houve aumento da devastação nas áreas protegidas em patamar bastante superior ao próprio aumento do desmatamento geral de São Félix do Xingu-PA.

A Tabela 4 apresenta o comparativo da média do desmatamento anual em todas as áreas protegidas que possuem parte de seus territórios situados no município de São Félix do Xingu-PA, no período anterior ao governo Bolsonaro (2008-2018) e no período Bolsonaro (2019-2022).

Tabela 4. Desmatamento anual nas áreas protegidas de São Félix do Xingu-PA – comparativo entre 2008-2018 e o governo Bolsonaro (2019-2022)

Área protegida	Desmatamento anual – média (2008-2018)	Desmatamento anual no Governo Bolsonaro – média (2019-2022)	Aumento
TI Kayapó	4,54 km²	19,08 km²	319,67%
TI Menkragnoti	0,99 km²	1,29 km²	30,21%
TI Araweté/Igarapé Ipixuna	5,46 km²	21,06 km²	285,56%
TI Trincheira/Bacajá	7,52 km²	48,12 km²	539,72%
TI Badjonkôre	7,85 km²	48,78 km²	520,96%
TI Apyterewa	20,27 km²	128,59 km²	534,39%
Total – TI	46,63 km²	266,92 km²	472,42%
Estação Ecológica Terra do Meio	4,80 km²	31,49 km²	554,85%
Parque Nacional da Serra do Pardo	5,25 km²	32,47 km²	518,35%
Total – UC de proteção integral	10,05 km²	63,96 km²	536,41%
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	198,98 km²	523,95 km²	163,31%
Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu	197,04 km²	522,51 km²	165,16%
Total – UC de uso sustentável	396,02 km²	1046,46 km²	164,24%

Fonte: Terra Brasilis (2024).

Uma vez que o aumento do desmatamento em todo o território de São Félix do Xingu-PA, no comparativo entre o período 2008-2018 e o período Bolsonaro (2019-2022), foi de 102,94%, resta evidente pela análise dos dados da Tabela 4 que as áreas protegidas foram alvos preferenciais da ampliação da devastação nesse período, com o aumento do desmate em patamares que extrapolam os 450% para o conjunto de TI, 530% para o conjunto das UC de proteção integral e 160% para as UC de uso sustentável. A diferença também pode ser visualizada na Figura 2, anteriormente apresentada.

O período Bolsonaro (2019-2022) também foi marcado pela pandemia da Covid-19 e por todas as consequências sanitárias, sociais e econômicas da doença. Para os agricultores familiares de São Félix do Xingu-PA, a pandemia marcou a confluência entre crise sanitária e crise econômica, em virtude da dificuldade com a comercialização dos produtos, causada pela paralisação das indústrias e comércios. Nesse contexto, entre os agricultores familiares da CAMPPAX, cooperativa anteriormente citada e que se especializou na produção de cacau orgânico, a venda desse produto se destacou positivamente, reforçando a potencialidade positiva dessa estratégia produtiva. Segundo Silva, o "cacau foi o único produto que ainda manteve a comercialização" no período, com manutenção dos contratos firmados antes da pandemia, o que permitiu aos agricultores dar continuidade à produção (Silva, 2023, p. 26).

Considerações finais

No primeiro ano do Governo Lula 3 (2023) vivenciamos uma nova diminuição do desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA para abaixo de 40.000 km². Essa redução está diretamente relacionada com a retomada da política de repressão estatal ao desmatamento nas áreas protegidas e com a interrupção de uma política de legitimação das ações de degradação ambiental. Os dados da Tabela 5 evidenciam a diferença entre os números do período Bolsonaro (2019-2022) e do primeiro ano do governo Lula 3 (2023).

Tabela 5. Comparativo entre indicadores do governo Bolsonaro (2019–2022) e do primeiro ano do Governo Lula 3 (2023) para São Félix do Xingu–PA

Indicador	Média anual do governo Bolsonaro (2019-2022)	Primeiro ano do governo Lula 3 (2023)
Autuações do IBAMA	34 ações	61 ações
Desmatamento	95.363,25 km²	38.331 km²
Desmatamento em terras indígenas	266,92 km²	89,49 km²
Desmatamento em UC de proteção integral	63,96 km²	16,71 km²
Desmatamento em UC de uso sustentável	1046,46 km²	479,87 km²

Fonte: IBAMA, Mapbiomas e Terra Brasilis (2024).

Trata-se certamente de uma boa notícia. Entretanto, o que a experiência prévia de São Félix do Xingu-PA evidencia é que ações adicionais são necessárias. Em primeiro lugar, no campo dos instrumentos de comando e controle, é necessário solucionar o problema das áreas protegidas que não operam como instrumentos efetivos de proteção da natureza.

A APA Triunfo do Xingu é hoje a unidade de conservação com mais desmatamento acumulado do Brasil. Segundo a plataforma Terra Brasilis (2024), 34,61% da APA estão desmatados atualmente (4.372,53 km²). O desmatamento no

interior da APA é superior ao desmatamento fora da APA, o que evidencia o fracasso de sua instituição como mecanismo de proteção ambiental (Rodrigues Net *et al*., 2024). A TI Apyterewa, por sua vez, é a TI mais desmatada do Brasil, com desmate acumulado de 11,24% de seu território (485,49 km^2), segundo a Terra Brasilis (2024). É preciso modificar a ordenação territorial desses locais para que cumpram uma função ambiental de proteção dos ecossistemas[8].

Além disso, é necessário ir além dos instrumentos de comando e controle para produzir uma diminuição do desmatamento que se sustente no tempo e que resista a ciclos governamentais. Nesse sentido, é indispensável conciliar a repressão estatal com uma política de regularização fundiária e com ações efetivas de reestruturação produtiva no sentido do fortalecimento das cadeias de produção sustentáveis, o que ainda não foi feito de modo sistemático.

Segundo a Indústria Brasileira de Cacau (IBC), a CAMPPAX, citada nesse artigo como exemplo de produção sustentável no município de São Félix do Xingu-PA, possui atualmente 70 unidades produtivas que não utilizam agrotóxicos e 10 km^2 de área produtiva (IBC, 2024), uma ampliação razoável em relação aos dados de 2016, anteriormente citados neste trabalho (30 unidades produtivas e 1,64 km^2). Entretanto, no universo total das unidades produtivas de São Félix do Xingu-PA, trata-se ainda de um número bastante diminuto, pouco significativo do ponto de vista estatístico.

Essas iniciativas destacadas de produção local sustentável precisam ser ampliadas e generalizadas por meio de políticas públicas de financiamento e de indução, capitaneadas pelos Poderes Públicos e incentivadas também por agentes privados, do mercado e do terceiro setor. Somente a transição do modelo produtivo local, associada a uma política repressiva sistemática, organizada num contexto de regularidade fundiária, permitirá que se atinja o objetivo de zerar o desmatamento. A sobrevivência da Amazônia depende disso.

8 Em 4/11/2024 foi publicada a Portaria n. 939/2024 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Pará, aprovando o Plano de Gestão da APA Triunfo do Xingu. Passados quase 20 anos da constituição formal da APA, finalmente tem-se um instrumento formalizado de planejamento e gestão da UC. Os próximos anos evidenciarão se ele será ou não efetivo no controle local do desmatamento.

Bibliografia

ALARCON, D. F.; TORRES, M. *"Não tem essa lei no mundo, rapaz!"*: a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri. São Paulo; Altamira-PA: ISA - Instituto Socioambiental; Amora - Associaçãodos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.

ANDRADE, L. de N. R. Pacto ou impacto? O caso de São Félix do Xingu. In: REI, F.; RIBEIRO, F. de M. *Mudanças climáticas e confrontação: experiências nacionais e internacionais.* Santos: Leopoldianum, 2022. p. 41-58.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. *Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa:* Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2020.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Os Kayapó e o ambientalismo: lutas pela terra em São Félix do Xingu-PA (1970-2000). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 117-136, set./dez. 2021.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. Conceitos de "paisagem" e a contrarreforma ambiental no Brasil. *Revista Pensamiento Penal*, n. 508, 2024.

CAPELARI, M.; MILHORANCE, C.; ARAÚJO, S. de. Desmantelamento da política ambiental brasileira. *Sustentability in debate*, v. 14, n. 1, 2023.

CLAUDINO, L. S. D.; FERREIRA, L. A.; POCCARD-CHAPUIS, R. J. M. Evolução dos sistemas agrários na microrregião de São Félix do Xingu (Amazônia Brasileira): história e questões para pensar o desenvolvimento territorial. *Delos – Desarrolo Local Sostenible*, Chapingo, v. 13, n. 36, p. 283-305, jun. 2020.

CRISPIM, S. N. S.; FRABETTI, G. L. Exploração da terra e do trabalho na fronteira agropecuária da Amazônia Oriental: o caso de São Félix do Xingu (PA). *Cadernos CEPEC*, v. 9, n. 2, p. 116-139, dez. 2020.

DAGNINO, R. DE S. et al. A ação dos atores envolvidos no processo de criação de Unidades de Conservação na região da Terra do Meio (Estado do Pará). V Encontro Nacional da Anppas. *Anais*...Florianópolis: 2010.

DRUMMOND, J. A.; CAPELARI, M. G. M., BARROS, A. F. G. e. *Brazilian environmental policy: a short biography, 1934-2020*. Curitiba: Appris, 2022.

ROBERT, P. de. et al. A beleza das roças: Agrobiodiversidade Mebêngôkre- Kayapó em tempos de globalização. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 7, n. 2, p. 339–369, 2012.

FAUSTO, C. *Parakanã*. [S. l, s. n.], 2004. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parakanã>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GROGAN, J.; BARRETO, P.; VERÍSSIMO, A. *Mogno na Amazônia brasileira:* Ecologia e Perspectivas de Manejo. Belém: Imazon, 2002.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 26 nov. 2024.

INPE. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA AMAZÔNIA E DEMAIS BIOMAS. *Desmatamento – Amazônia Legal –* Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

LOVEJOY, T. E. NOBRE, C. Amazon Tipping Point (editorial). *Science Advances*, v. 4, n. 2, fev. 2018.

LOVEJOY, T. E. NOBRE, C. Amazon tipping point: last chance for action (editorial). *Science Advances*, v. 5, n. 12, dez. 2019.

MACEDO, M. R. A. et al. Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. *Revista NERA*, v. 16, n. 22, p. 96–111, 2013.

MENDONÇA; M. V.; PEDROZA FILHO, M. X. Análise do cacau orgânico de São Félix do Xingu (PA) através da cadeia global de valor. *Agroecossistemas*, v. 11, n. 1, p. 20-42. 2019.

NEIVA, A. O.; BRUSNELLO, L. D.; MENDONÇA, F. C. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo*. Brasília: [s.n.] 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-pardo/arquivos/dcom_plano_de_manejo_parna_serra_do_pardo_18092015.pdf>. Acesso em 8 ago. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS – *Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil* – coleção 9. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-9/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

RAJÃO, R. et al. *Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal*. Policy Brief, 2021. Disponível em: <https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/06/Rajao_Schmitt-et-al_Julgamentos-IBAMA_final.pdf>. Acesso em 01 out. 2024.

RODRIGUES NETO, M. R.; MORAES, D. R. V. de; MESSIAS, C. G.; SOLER, L.; ALMEIDA, C. A. de; CAMILOTTI, V. L. The ineffectiveness of the Triunfo do Xingu Environmental Protection Area in curbing deforestation in the Brazilian Amazon. *Geografia Ensino e Pesquisa*, v. 28, e85447, 2024.

SANTANA, R. N. do N., SOUSA, S. de M. P. S. Editorial. *Revista de Políticas Públicas*, v. 27, n. 1, jan./jul/ 2023.

SCHMINK, M. et al. From contested to 'green' frontiers in the Amazon? A long-term analysis of São Félix do Xingu, Brazil. *Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 2, p. 377–399, 2019.

SCHWARTZMAN, S.; ZIMMERMAN, B. Alianças de conservação com povos indígenas da Amazônia. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 165–173, 2005.

SEWELL JR, W. H. *Lógicas da história:* teoria social e transformação social. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, H. M. R. DA; RIVAS, D. H.; UEMA, E. E. *Cronologia de um desastre anunciado: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no BrasilASCEMA Nacional*. Brasília: ASCEMA, 2020.

SOUSA, R. DA P. et al. *Governança Socioambiental na Amazônia:* Agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade em São Félix do Xingu - Pará. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2016.

SOUZA, M. B. de. et al. Dinâmica de uso e cobertura da terra no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, p. 1-13, 2020.

TARAVELLA, R.; ARNAULD DE SARTRE, X. The symbolic and political appropriation of scales: A critical analysis of the Amazonian ranchers' narrative. *Geoforum*, v. 43, n. 3, p. 645–656, 2012.

TRINDADE, A. R.; SOUTO, J. I. de O.; BELTRÃO, N. E. S. Alterações de paisagem no município de São Félix do Xingu: um estudo abordando os impactos dos fatores antrópicos entre 1985 a 2015. *Enciclopédia Biosfera*, v. 16, n. 29, p. 1731-1743, 2019.

WEIGAND JR., R.; PINTO, M. G. DE M. *Estação Ecológica Terra do Meio - Plano de Manejo*. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/esec-da-terra-do-meio/arquivos/dcom_plano_de_manejo_esec_da_terra_do_meio.pdf>. Acesso em 8 ago. 2023.

WERNECK, F. *et al. "Passando a boiada": o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro*. Observatório do Clima, 2021.

IBC. *Instituto Brasileiro de Cacau*. 2024. Disponível em: <https://www.ibcacau.com.br/ibc-na-floresta/amazonia/camppax>. Acesso em 26 nov. 2024.

Silva, C. B. da. Situações de emergência no sudeste do Pará: a sobrevivência econômica e social de duas organizações camponesas em tempos de pandemia e pecuarização. *Estudos, sociedade e agricultura*, v. 31, n. 2, 2023.

Combat against deforestation in the Amazon: the case of São Félix do Xingu-PA (1989-2023)

The objective of this article is to analyze fight against deforestation in São Félix do Xingu-PA (SFX) in the period 1989-2023 and to characterize the social relations that led to the decrease and increase in deforestation during this period. The theoretical framework adopted is evental sociology, from the field of historical sociology. The main research techniques used were document analysis, interviews and secondary data. The article concludes that the decrease in deforestation in 2004-2014 was produced by the combination of the creation of protected areas (indigenous lands and conservation units) with state surveillance and repression, in conflicting historical processes that combined actions by state institutions, rural producers, traditional peoples and social organizations. The problems of this policy are also highlighted, with its most evident limit lying in the failure to promote a productive transition to a biodiversity economy in the municipality. During the Bolsonaro government (2019-2022), there was a significant increase in devastation, in the context of the dismantling of Brazilian environmental policy and incentives for the occupation of protected areas. In the first year of the Lula 3 government (2023), there was a resumption of repressive policies and a new decrease in deforestation.

KEYWORDS: deforestation, Amazon, Indigenous Lands, Conservation Units.

Combate a la deforestación en la Amazonía: el caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023)

El objetivo de este artículo es analizar el combate a la deforestación en São Félix do Xingu-PA (SFX) en el período 1989-2023 y caracterizar las relaciones sociales que llevaron a la disminución y al aumento de la deforestación local durante este período. El marco teórico adoptado es la sociología de los acontecimientos, desde el campo de la sociología histórica. Las principales técnicas de investigación utilizadas fueron el análisis de documentos, entrevistas y datos secundarios. El artículo concluye que la disminución de la deforestación en el período 2004-2014 se produjo por la combinación de la creación de áreas protegidas (tierras indígenas y unidades de conservación) con la vigilancia y represión estatal, en procesos históricos conflictivos, que combinaron acciones de instituciones estatales, productores rurales zonas rurales, pueblos tradicionales y organizaciones sociales. También se destacan los problemas de esta política, cuyo límite más evidente es el no promover una transición productiva hacia una economía de biodiversidad en el municipio. Durante el gobierno de Bolsonaro (2019-2022), hubo un aumento significativo de la devastación, en el contexto del desmantelamiento de la política ambiental brasileña y de los incentivos a la ocupación de áreas protegidas. En el primer año del gobierno de Lula 3 (2023), se reanudó la política represiva y se redujo aún más la deforestación.

PALABRAS CLAVE: deforestación, Amazonía, Tierras Indígenas, Unidades de Conservación.

Artigo recebido em maio de 2024. Aprovado em dezembro de 2024.